



Foto: Lidia Izabel da Luz

Lidia Izabel da Luz*

Antropóloga, membro da Diretoria
da Comissão Pró-Índio SP:)

OS PANKARARÉ DE BREJO DO BURGO NA CIDADE DE SÃO PAULO

Costuma-se ouvir, com frequência, que a cidade de São Paulo é a síntese do Brasil, pois, ao mesmo tempo, ela produz o desenvolvimento e diversos problemas sociais.

O crescimento econômico de São Paulo, decorrente do processo de industrialização, fez com

que grandes contingentes populacionais buscassem nela, quem sabe, a concretização de suas últimas esperanças. Apenas para sobreviver ou mesmo para, "melhorar de vida", migrantes de várias origens cruzam todos os dias os limites da cidade e nela se estabelecem temporária ou definitivamente.

Apesar da pluralidade, da diversidade e do movimento da grande metrópole, ainda desperta certa surpresa a informação de que nela vivem índios.

Os Pankararé de Brejo do Burgo são migrantes e são também índios.

Apesar de morarem no centro de São Paulo, os Pankararé passam despercebidos, mesmo aos olhos de bons observadores. Isto porque, como outros povos indígenas do Nordeste, eles, além de terem vivido experiências que alteraram o seu modo de vida original, passaram também por intenso processo de miscigenação. Chegam mesmo a ser chamados de **caboclos**, uma vez que não possuem, na aparência, características com as quais o senso comum define as populações indígenas.

Os Pankararé estão em São Paulo na condição de migrantes temporários. Seu lugar de origem é Brejo do Burgo, no município de Nova Glória, Estado da Bahia – região também denominada Sertão de Paulo Afonso.

Para os Pankararé (assim como para a maior parte dos povos indígenas do Nordeste) a migração é uma forma de garantir as condições de sobrevivência no lugar de origem. É também uma maneira de assegurar e recuperar as terras que pertencem a seu povo historicamente – terras das quais não se retira somente o fruto do trabalho, mas que são, acima de tudo, razão da existência, condição de sobrevivência no tempo, lugar dos antepassados e dos **Encantados** (seres espirituais de origem mítica).

São Paulo significa, para os Pankararé, um entre outros espaços que tiveram de ocupar, ao longo de sua história, para continuar mantendo seus meios de vida no local de origem, reproduzidos segundo sua maneira própria e diferenciada de ser, de conceber e ordenar o mundo. Nessa medida, migrar é também uma forma de resistir; de continuar vivendo como desejam e como são.

Mudança sempre existiu

A mudança de um lugar para outro nunca foi novidade para os Pankararé. A migração está presente na vida desse povo desde sua formação, há muitos séculos.

Levados pelas condições naturais adversas e também pelo contato com os “civilizados”, os Pankararé empreenderam, ao longo de sua história, diversas mudanças de território. Nesse caminho, experimentaram muitas violências, a vida foi-se modificando e muita coisa se perdeu. Apesar disso, os índios têm consciência de sua maneira de ser e de sua identidade. Eles sabem que seu modo de vida já não é o mesmo de seus antepassados; que não vivem mais exclusivamente das caças do mato e do mel; e, que, tão pouco moram sob as copas das árvores. Entretanto, todos se reconhecem como originários de um mesmo “tronco”, de uma nação, e sabem que são portadores de cultura e tradições bastante particulares.

Voltando os olhos para o passado, os Pankararé enxergam-se envolvidos num movimento permanente e contínuo de transformações. Trata-se de uma trajetória de resistência e de afirmação de uma identidade que, por diversas vezes, foi ameaçada pela força, desde os tempos dos primeiros contatos com os colonizadores – um processo doloroso, mas que, para os índios, vem servindo para reelaborar tudo aquilo que os tornam singulares.

A história e o presente, as diversas localizações geográficas, o modo de ocupar a terra e nela produzir, bem como os rituais constituem, explicam e revelam a maneira própria de ser índio, de ser Pankararé. História, terra e rituais formam o eixo em torno do qual o povo indígena Pankararé fortalece sua identidade étnica e cultural diferenciada.

A história e as migrações

Segundo contam os Pankararé, há muito tempo atrás, os índios da região do sertão do norte baiano moravam na beira do rio São Francisco, em Rodelas-BA, vivendo dispersos em pequenos grupos. Permaneciam junto ao rio

porque a água era farta, porém não comiam peixes, preferindo a carne dos animais do mato – especialmente o tatu, o peba e o caititu – que conseguiam nas proximidades, utilizando suas habilidades como caçadores.

De uma expedição de caça nasceu a primeira aldeia Pankararé. No local hoje denominado Brejo do Burgo, alguns índios resolveram fixar-se, justamente porque ali havia muita caça e porque encontraram um veio perene de água. Com o passar dos anos, a região de Brejo do Burgo foi inteiramente ocupada pelos Pankararé.

Houve um tempo de grande estiagem. A vegetação se ressecou e os animais escassearam. Diante de tal situação, os Pankararé tiveram de deixar Brejo do Burgo, para fugir da penúria. Foram, então, para a beira do rio, para um local depois denominado Curral dos Bois, de onde, com o passar do tempo, foram-se espalhando pelas áreas próximas. A maior parte, porém, ficou em Curral dos Bois.

De volta à beira do rio, os índios começaram a plantar mandioca. Com ela, faziam a farinha, que, mais tarde, veio a se constituir no elemento básico da alimentação do grupo.

Brancos e negros chegaram a Curral dos Bois muito tempo depois e, em 1698, implantou-se ali uma missão jesuítica. A vida dos Pankararé começou, então, a se transformar mais rapidamente. Os índios passaram a se casar e a batizar seus filhos na igreja da missão, sem, contudo, abandonar suas tradições e crenças. Mediante os casamentos interétnicos, brancos, índios e negros estabeleceram relações de afinidade e de trabalho, bem como laços de amizade e de solidariedade.

Posteriormente, os Pankararé retornaram a Brejo do Burgo (isto teria ocorrido em meados do século XVIII, quando a missão de Curral dos Bois entrou em decadência). Assim como os índios, também brancos e negros que vi-

viam no povoado de Curral dos Bois resolveram seguir para o Brejo do Burgo. Estes eram, na maioria, casados com índios.

Nessa época não havia separação entre índios e brancos (a categoria **branco** e outras, como **civilizados** e **posseiros**, são utilizadas pelos Pankararé para referir-se aos não-índios em Brejo do Burgo). Todos consideravam-se parentes, inexistindo conflitos e disputas pela terra. Cada família podia formar uma roça no local que melhor lhe conviesse, sem a necessidade de marcar sua posse no chão: as plantações não tinham cerca; a terra era livre e as posses respeitadas.

A convivência entre índios e brancos, no entender dos Pankararé, começou a se transformar há aproximadamente sessenta anos, quando outras famílias chegaram a Brejo do Burgo, vindas de povoados e regiões próximos. Desejando fixar-se, os recém-chegados aproveitaram os períodos de penúria e fome, para, com o tempo, comprar grande parte das posses indígenas, principalmente as terras de solo úmido. Esse quadro, contudo não determinou de pronto a relação conflitiva entre índios e não índios em Brejo do Burgo. Os Pankararé não se sentiam ameaçados de perder suas terras, já que, naquela época, os mais velhos não tinham consciência da importância de assegurar a área como território exclusivamente indígena.

Com a perda de parte das roças, alguns Pankararé começaram a trabalhar na região como meeiros, vaqueiros e trabalhadores "alugados"(assalariados). Durante os anos 30 e 40, muitos Pankararé saíram de Brejo do Burgo para trabalhar em outros lugares. A escassez de terras que garantissem uma boa produção, as seguidas estiagens e a falta de recursos para o plantio eram os principais motivos que levavam os Pankararé a migrar.

Assim, os filhos mais velhos, os recém-casados e, inclusive, os "pais de família"(que não ti-

nham roça, seja porque não herdaram, seja porque venderam; ou que estavam vivendo momentos de carência causados pela seca) foram trabalhar nos Estados da Paraíba, Alagoas, Pernambuco e Ceará. Grande parte dos índios ficavam longe de suas famílias durante

para juntar algum dinheiro, a fim de buscar trabalho em São Paulo, tão logo termine a colheita. Dessa forma, procuram, também, preservar as terras e posses que lhes pertencem, para que possam continuar vivendo segundo seus costumes e tradições.

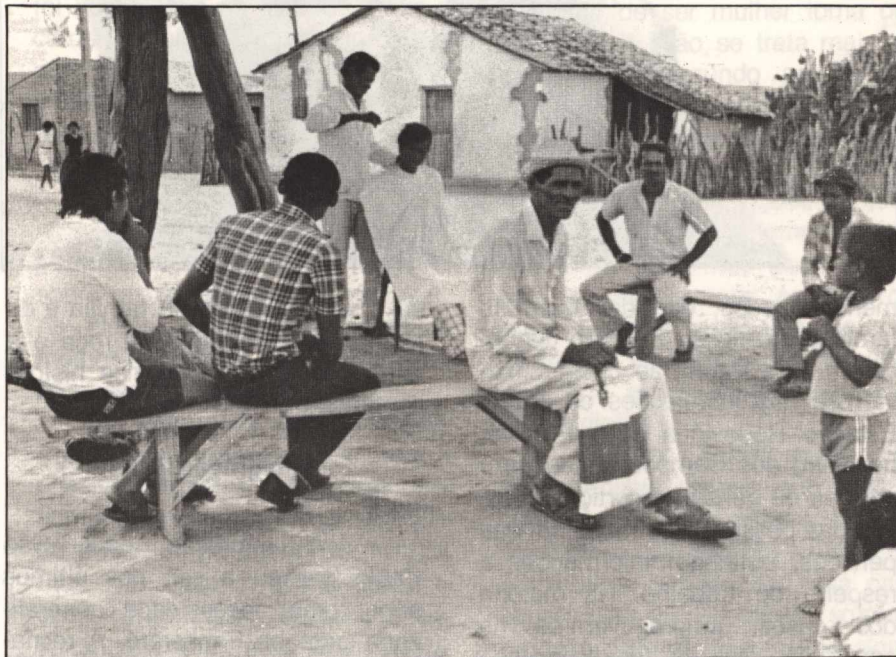


Foto: Lídia Izabel da Luz

anos. Outros iam para casa após o plantio, regressando às roças do patrão na colheita.

Neste esforço, os Pankararé foram conseguindo dinheiro para "botar" uma roça, comprar alguns animais (burros e jegues), recuperar parte das terras que foram "tomadas" pelos brancos ou, simplesmente, para sobreviver.

Os Pankararé acreditam que, a partir dessas migrações, "começaram a plantar direito". De fato, eles aprenderam como utilizar melhor os recursos e as sementes, diversificar a produção das roças e produzir excedentes. Com as "viagens", os índios passaram a produzir mais, para estocar, garantindo, assim, parte dos produtos que se destinariam ao consumo no "verão" (época do ano em que não se produz, por falta de chuvas).

Motivadas basicamente pelas mesmas razões descritas acima, as migrações ainda hoje ocorrem. Muitas famílias valem-se do trabalho nas regiões próximas

As primeiras viagens a São Paulo

As "viagens" dos Pankararé a São Paulo, em busca de trabalho, iniciaram-se no período da grande estiagem de 1955. Os índios recordam que, nessa época, a viagem era feita em caminhões "pau-de-arara", com duração que variava de oito a quinze dias; e que, por vezes, não havia o que comer durante grande parte do trajeto. Os Pankararé lembram-se também que era preciso muito esforço para permanecer na cidade, já que não conheciam e muito menos dominavam o espaço e o ritmo da grande metrópole, e não tinham amigos ou parentes que os pudessem acolher: contavam apenas consigo próprios para criar e construir, à sua maneira, relações que pudessem garantir a permanência e a sobrevivência.

Este primeiro contingente de migrantes era formado por ho-



Foto: Lidia Izabel da Luz

a ampliação de suas posses e roças — com o que se garantirá maior produção, com excedentes, cuja comercialização no mercado local e regional trará mais recursos para compra de outros bens que não produzem e que são indispensáveis à sobrevivência.

Querem mudar de vida os índios que acreditam que seja impossível continuar vivendo situações de extrema carência e penúria em Brejo do Burgo, agravadas muitas vezes pelas condições climáticas que, em determinados períodos, inviabilizam qualquer produção.

Morar na cidade, entretanto, não é necessariamente um caminho sem volta. E, ao contrário do que possa parecer, não significa o rompimento dos vínculos com o lugar de origem e a perda da identidade indígena. Os Pankararé que estão em São Paulo preservam e cultivam os laços de afinidade e solidariedade com seus parentes e amigos que estão em Brejo do Burgo. Permanecem envolvidos e participando das lutas de seu povo. Os desejos de “melhorar” e de “mudar de vida”, enfim, somente se concretizam quando não existem possibilidades de manter a reprodução dos meios de vida no lugar de origem. No dizer dos Pankararé, estes desejos revelam a necessidade da ocupação de um outro espaço, para que continuem a viver como são. O mundo Pankararé é o mundo da aldeia, mas passou a ser, também, o mundo da cidade; duas experiências de vida bastante diferenciadas, mas, hoje, essencialmente complementares.

A vida em São Paulo

Os Pankararé costumam dizer que a segunda geração de migrantes não teve uma vida tão dura como a dos primeiros, pois, a partir da experiência destes, tornou-se mais fácil arranjar emprego e moradia em São Paulo. Esta segunda geração constitui-se de homens casados, acompanhados ou não da família, e também de ho-

mens casados, que deixavam as famílias na região. Por não conhecerem São Paulo, ao chegar fixavam-se nas imediações da antiga Estação Rodoviária Júlio Prestes, no bairro dos Campos Elíseos, em quartos de pensão e cortiços. Através das pessoas que moravam nas pensões, obtinham informações a respeito de trabalho. Na maioria dos casos, empregavam-se na construção civil, na função de ajudantes de pedreiro.

O tempo dos Pankararé, na cidade, passou a ser o tempo do trabalho, marcado pelas horas do relógio. O que conheciam da cidade resumia-se ao caminho entre o quarto de dormir e o local do emprego, que quase sempre era muito próximo.

O dinheiro obtido servia para manter a família que ficava e, se sobrava um pouco, era reservado para a compra de sementes, quando do regresso a Brejo do Burgo, que se dava, normalmente, com os primeiros sinais de chuva, no “inverno” (período que corresponde ao verão em São Paulo).

Quando os Pankararé são indagados sobre a razão de escolherem a cidade de São Paulo para buscar trabalho, a resposta muitas vezes é imprecisa. A escolha, na verdade, estava determinada pelo movimento migratório na região, do qual os índios do Nordeste não ficavam à parte. São Paulo, a “terra do ouro”, no entender dos Pankararé, possibilitava continuar garantin-

do a sobrevivência da família e de seu povo, o trabalho na roça e a terra que a eles pertence historicamente.

A migração, hoje

A migração para São Paulo passou a ser, nos últimos anos, uma necessidade generalizada para os Pankararé. A recriação das condições de vida, de trabalho e dos meios de produção no local de origem depende da busca de trabalho e de dinheiro na cidade. Isto porque a reprodução dos meios de vida tradicionais está comprometida pela escassez de terras próprias ao cultivo, pela perda das posses e terras indígenas e pela deterioração dos preços dos excedentes agrícolas, o que reduz a capacidade de aquisição de outros bens necessários à subsistência. Quanto ao entendimento que têm os Pankararé sobre a necessidade da migração, observamos que muitos deles desejam “melhorar de vida” e outros mesmo “mudar de vida”.

“Melhorar de vida” significa ascender economicamente, sem romper com as relações de trabalho tradicionais, que têm o Brejo do Burgo como centro. “Mudar de vida” é querer morar na cidade.

Desejam simplesmente “melhorar de vida” os migrantes temporários, que vão à cidade para conseguir recursos que possibilitem

mens e mulheres solteiros. Boa parte das mulheres casadas que têm os maridos na cidade viajam com frequência entre São Paulo e Brejo do Burgo. As solteiras pouco vêm à cidade, preferindo buscar trabalho nas proximidades do Brejo, para ficar mais perto da família. Os rapazes solteiros vêm a São Paulo principalmente quando chegam à idade do casamento (entre 15 e 18 anos), para conseguir o dinheiro a fim de construir suas casas e roças e, assim, ter condições de constituir suas próprias famílias.

A concentração dos Pankararé está em bairros centrais da cidade, principalmente Campos Elíseos, que já não abriga mais a principal rodoviária da cidade. Os índios só mudam para bairros mais afastados, quando obtêm um emprego mais bem remunerado e em local distante. Os que moram na área central da cidade continuam a ocupar pensões e cortiços.

Os homens, sem exceção, desempenham ocupações ligadas às atividades nos serviços de alimentação – bares, restaurantes, lanchonetes, padarias etc. A função é determinada pelo grau de alfabetização. Quem domina bem a leitura e a escrita pode tornar-se um garçom. Os outros ocupam as funções de cozinheiros, lavadores de partos, ajudantes de cozinha, chapeiros etc.

A origem da especialização neste ramo de atividade deve-se ainda com os primeiros migrantes. Alguns deles saíram da construção civil e se empregaram em bares e restaurantes, o que veio a facilitar a vida na cidade, já que esse trabalho faculta a possibilidade de gastar menos com alimentação.

É simples entender porque os Pankararé, com o tempo, passaram a se dedicar a tal atividade: ao chegar à capital, os migrantes procuravam aqueles que conheciam. A pessoa procurada, como já estava nessa atividade, indicava o lugar onde existia uma “vaga”, que podia ser, inclusive, de outro índio que estava de “passagem comprada”

de volta para o Brejo. A notícia da “vaga” podia chegar ao Brejo, por carta ou verbalmente, antes mesmo que o interessado iniciasse sua viagem para São Paulo. Isso acontece ainda hoje.

As mulheres, ao contrário dos homens, não possuem especialização em um ramo específico de trabalho. Algumas se ocupam do trabalho doméstico, em “casas de família”; outras são faxineiras em lojas e fábricas; e outras ainda trabalham como costureiras em confecções. Além disso, muitas vezes, estas mulheres também precisam “lavar para fora” (lavar roupas de homens solteiros ou dos casados que estão na cidade sem a família e, eventualmente, de outros que moram na mesma pensão). Este tipo de trabalho serve como recurso suplementar ao orçamento. Da mesma maneira, as mulheres casadas que estão na cidade sem emprego, utilizam-se desse tipo de atividade para ampliar os meios de vida.

Sem exceção, as mulheres trabalham em locais próximos ao lugar onde moram. Isto porque o pouco tempo que sobra na hora do almoço ou no final do dia são dispensados às tarefas domésticas de suas próprias casas e ao cuidado dos filhos.

A permanência dos Pankararé em São Paulo varia de acordo com as necessidades de cada época. As migrações são ritmadas pelas estações do ano, pelo plantio e colheita dos produtos agrícolas. Na maioria das vezes, a “viagem” começa no “verão” (de junho a setembro) e termina na época das “trovoadas” (de outubro a dezembro). O tempo de permanência pode-se prolongar se a estiagem perdurar. Quando possível, os Pankararé gostam de voltar ao Brejo do Burgo em setembro, que é um mês festivo, com muitos casamentos, “farinhadas” e os rituais indígenas que sempre ocorrem nessas ocasiões.

O tempo na cidade é outro, muito distinto. É o tempo do trabalho dominado pelo ritmo da pro-

dução indireta dos meios de vida. É também um tempo de ausência do lugar, da família, dos parentes, dos amigos e do mundo da aldeia.

Brejo do Burgo em São Paulo

A migração em Brejo do Burgo não é exclusiva dos Pankararé. Seus vizinhos brancos também adotam essa prática, com maior ou menor intensidade, dependendo do momento. A ocupação do espaço geográfico da cidade pelos brancos de Brejo do Burgo aconteceu da mesma forma. Por isso, em São Paulo, brancos e índios moram nas mesmas pensões e cortiços e trabalham às vezes, no mesmo emprego.

Apesar da distância que separa um lugar do outro, o tipo de convivência entre brancos e índios na cidade é bastante semelhante àquela vivenciada em Brejo do Burgo. Existem momentos em que a amizade e solidariedade prevalecem, e outros em que a distância e a separação predominam.

O que acontece em Brejo do Burgo sempre influenciou o tipo de relacionamento entre índios e posseiros na cidade de São Paulo. Nos últimos anos, os interesses dos dois grupos revelaram-se essencialmente conflitantes, reproduzindo, nas pensões e cortiços dos Campos Elíseos, o distanciamento e a rivalidade que há no Sertão de Paulo Afonso.

Os conflitos no lugar de origem passaram a ocorrer de maneira mais grave no início da década de 60. Nessa época, alguns brancos (particularmente aqueles que foram morar no Brejo do Burgo a partir dos anos 20) começaram a tentar negar a identidade indígena, especialmente através de perseguições às práticas rituais dos Pankararé. Tal procedimento decorria do medo que os brancos tinham de que os Pankararé pudessem obter reconhecimento oficial de sua condição de índios, com o que poderiam adquirir, entre outros, o direito à demarcação de seu território exclusivo. Os brancos, como os



Foto: Lídia Izabel da Luz

posseiros, passaram a ver os índios como um perigo, pois temiam perder a posse das terras que ocupavam. Ainda nessa período, houve expansão dos limites das roças dos brancos, às custas do cercamento de parte das roças que pertenciam aos índios.

Ao perceberem-se espoliados de suas terras, discriminados e perseguidos, os Pankararé, em meados dos anos 60, tomaram a iniciativa de buscar os direitos inerentes à sua condição de índios: o reconhecimento oficial e o direito a um território exclusivo. A partir daí, as intimidações e perseguições in-

tensificaram-se, sendo patrocinadas e estimuladas pelo poder político local (Nova Glória e Paulo Afonso) e facilitadas pela demora do órgão federal responsável (FUNAI – Fundação Nacional do Índio) em proceder ao reconhecimento e à demarcação da reserva Pankararé.

A troca de favores mútuos com os políticos da região levou muitos brancos a deixarem de apoiar os interesses indígenas. A situação começou a tornar-se cada vez mais crítica. A tensão era constante, chegando a desencadear fatos gravíssimos, como a morte do

cacique Ângelo Pereira Xavier, em 1978.

Em 1982, os Pankararé foram reconhecidos oficialmente pela FUNAI, situação que recolocou em perspectiva a criação e legalização de uma área exclusiva para eles, determinando, por consequência, novo agravamento do relacionamento entre os dois grupos. A situação piorou bastante nos últimos três anos, quando ocorreram novas violências, que impediram, até aqui, a definição dos limites da área indígena e, conseqüentemente, uma solução definitiva para a questão.

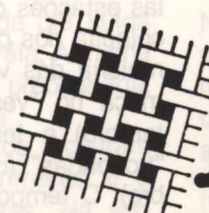


revista
brasileira de
estudos de
população

Uma publicação semestral da Associação Brasileira de Estudos Populacionais – ABEP

Av. Casper Líbero, 464 CEP 01033 São Paulo/SP
Fone: 229-2433

Divulgue Notícias AGEN.
Peça Amostra de seu Boletim.



AGÊNCIA ECUMÊNICA DE NOTÍCIAS

– Av. Ipiranga, 1267 – 14º andar – 01039
São Paulo/SP Fone: (011) 229-6734